

# **A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria**

*Juliana Ricarte Ferraro\**

## **Resumo**

Este trabalho objetiva refletir sobre a editoração, a produção e a comercialização dos livros didáticos, a partir do conceito empregado por Roger Chartier sobre representação social e cultural. Assim, partindo das relações estabelecidas entre imagem e texto contidos nos livros didáticos, pensá-lo como objeto histórico que estabelece um conjunto de práticas e discursos que constituem formas de experiências. Deste modo, propõe-se a análise das relações existentes entre gêneros textuais, imagens e formas editoriais/autoria, para uma reflexão sobre o papel dos livros didáticos como fontes históricas que nos revelam partes de processos de socialização, de aculturação e de doutrinação de determinadas circunstâncias históricas e culturais.

**Palavras Chave:** Livro Didático. Imagem. Texto e Autoria.

*“É na leitura que um livro se faz” (LEFORT, 1983).*

Da autoria à edição final e, enfim, à distribuição para o consumo, são estas, de forma simplificada, as etapas pelas quais passa o livro antes de chegar ao seu leitor, que lhe atribuirá sua mais importante função: sua leitura. Roger Chartier nos alerta, entretanto, que existem inúmeras maneiras de ler e compreender um texto e faz-se necessário “reconhecer a pluralidade das leituras possíveis do mesmo texto, em função das disposições individuais, culturais e sociais de cada um dos leitores” (CHARTIER, 1996, p. 98).

Desde os primórdios do surgimento do livro, os atos de leitura que lhe dão significado encontram-se em todas as suas etapas constitutivas, como discorre Chartier:

Pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto, mas também, pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo. (CHARTIER, 1996, p. 78).

Segundo Schubring (2003), os livros voltados ao ensino já existiam mesmo antes que fosse inventada a tecnologia para imprimi-los. Na Mesopotâmia, por volta de 2500 a. C., com a institucionalização do ensino de matemática e o aparecimento dos escribas, surgiram produções textuais como exercícios para os estudantes e manuais para uso dos professores e mestres. Na China do século VI d.C. havia uma estrutura curricular com livros textos para diversas áreas e, na antiga Grécia, registra-se o uso multidisciplinar do livro Os elementos de Euclides, que apresenta as bases da geometria.

Choppin (2000) afirma que no século XVI a produção editorial existente no continente europeu era pequena, uma vez que a educação não era popularmente difundida e os livros estavam

longe da formatação que conhecemos atualmente, apesar de já serem impressos e reproduzirem imagens em preto e branco. No século XVIII, a produção dos livros, assim como a educação, estava sob o controle da Igreja católica, que assim assegurava a difusão de temáticas religiosas.

Conforme afirma o historiador francês Jean-Yves Mollier (2008), será no século XIX, exatamente a partir de uma resolução do Ministério da Instrução Pública da França, assinada em 29 de janeiro de 1890, que o uso de manuais escolares nas salas de aula das escolas primárias torna-se obrigatório. O autor conclui que “A partir de então, em princípio, nenhum aluno escaparia à escolarização e à aculturação pelo livro” (MOLLIER, 2008, p. 61).

Os manuais escolares e livros didáticos no Brasil também “são centrais na produção, circulação e apropriação de conhecimentos, sobretudo dos conhecimentos por cuja difusão a escola é responsável” (LAJOLO, 1996, p.03).

Os manuais escolares e, mais especificamente, os livros didáticos, fazem parte da nossa vida escolar desde muito cedo: da cartilha às apostilas de cursinhos pré-vestibulares. Os usos que a eles atribuímos são os mais variados: desde a obtenção de conhecimentos e informações até a mera utilização de figuras para um trabalho escolar.

O recortar de um livro que, para muitas pessoas, é um crime, para outras, não tem significado algum; o livro didático é visto apenas como objeto e sem grande valor; um livro de única “serventia” a ser imediatamente descartado. Entretanto, para pesquisadores da educação e historiadores, entre outros tantos interessados, o manual e o livro didático são objetos altamente ricos de informações e abordagens para a pesquisa científica.

Antônio Batista, ao discorrer sobre o livro didático, nos fala de como ele é um objeto efêmero, “que se desatualiza com muita velocidade. Raramente é relido; pouco se retorna a ele para buscar dados ou informações e, por isso, poucas vezes é conservado nas prateleiras de bibliotecas pessoais ou de instituições” (BATISTA, 1999, p. 529).

Uma reportagem veiculada no jornal O Globo, de 26/10/2009, sob o título “Livros didáticos são encontrados no lixo no interior de SP”, ilustra claramente a questão:

Material estava em caçamba na periferia de Ribeirão Preto. Polícia foi ao local nesta tarde para investigar descarte. Livros didáticos da rede estadual de ensino de São Paulo foram encontrados no lixo, em Ribeirão Preto, a 313 km da capital paulista. A Polícia Militar esteve na tarde desta segunda-feira (26) no local para investigar por que todo o material foi descartado.

Ainda não se sabe a quantidade de livros abandonados em uma caçamba de lixo na periferia da cidade, mas a estimativa inicial dá conta de que são milhares. A maior parte do material ainda não havia sido usada pelos alunos e muitos livros ainda estão embalados. São livros e apostilas de várias disciplinas do ensino médio, como filosofia, química, língua portuguesa e matemática.

Em nota, a Secretaria de Estado da Educação informou que vai investigar o caso e definir eventuais punições. A secretaria diz, ainda, que não falta material didático para os alunos da rede (GLOBO, 26/10/2009).

Esta efemeridade dos livros didáticos, que beira ao descaso, como vimos no exemplo anterior, parte, em alguns casos, até mesmo dos conceitos emitidos pelo próprio mundo acadêmico para defini-los. Olga Molina os define como “uma obra escrita (ou organizada, como acontece tantas vezes) com a finalidade específica de ser utilizada numa situação didática” (MOLINA, 1988, p. 17).

Para Oliveira (1984, p. 27), entretanto, o livro didático é utilizado “como instrumento com dupla função, a de transmitir um dado conteúdo e de possibilitar a prática de ensino”. Para este autor, o livro didático deve servir como mediador da relação entre professor e aluno e como modelo de atuação pedagógica, definindo-se como algo que supera a simples noção de seleção e apresentação de conteúdos, devendo ser entendido de modo mais amplo, inserido social e politicamente.

Circe Bittencourt define de forma objetiva e simples o que é o

## livro didático:

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina. (BITTENCOURT, 2004, p. 296).

Os livros didáticos, um destes materiais, fazem parte do cotidiano escolar há séculos. Por esta razão, a familiaridade com seu uso faz com que seja fácil identificá-los e estabelecer distinções entre eles e os demais livros (BITTENCOURT, 2004).

Entretanto, trata-se, ao mesmo tempo, de um objeto bastante complexo, como alerta Choppin (2004, p. 552-3) em um de seus artigos, podendo assumir diferentes funções, dependendo das condições em que é produzido e utilizado, além de ter um papel de instrumento de controle do ensino pelos agentes do poder.

Uma contribuição significativa é oferecida pela tradução de um artigo do pesquisador francês Alain Choppin, em que ele faz um balanço das pesquisas sobre a história do livro didático, que abarca um levantamento de pesquisas realizadas não apenas em países ocidentais como também do Oriente, constituindo-se em uma análise ímpar e fundamental para esse campo de investigação em crescimento constante (BITTENCOURT, 2004b, p. 473).

Para Choppin, o livro exerce quatro funções que variam conforme “o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”; a função referencial, a instrumental, a ideológica e cultural e documental, são definidas como:

1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o

suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.

2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.

3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz.

4. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada — afirmação que pode ser feita com muitas reservas — em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores. (CHOPPIN, 2004, p. 553)

A pesquisadora brasileira Circe Bittencourt (2004) também nos fala das diversas interferências na elaboração e usos do livro didático. Segundo ela, o livro didático caracteriza-se por ser um suporte de conhecimentos escolares, suporte de métodos pedagógicos, veículo de sistema de valores e, também, uma mercadoria. A autora Circe Bittencourt sintetiza:

As pesquisas e reflexões sobre o livro didático permitem apreendê-lo em sua complexidade. Apesar de ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo. Pode-se constatar que o livro didático assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de 'múltiplas facetas', o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais (BITTENCOURT, 2004b, p. 471).

Como suporte de conhecimentos escolares, o livro didático se torna uma "cartilha" das propostas curriculares do Estado. Nas palavras de Bittencourt:

Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelecem critérios para avaliá-los, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais. Como os conteúdos propostos pelos currículos são expressos pelos textos didáticos, o livro torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares (BITTENCOURT, 2004, p. 301-2).

Na função de suporte de métodos pedagógicos, associando conteúdo e método, o livro didático caracteriza-se por "[...] conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar" (BITTENCOURT, 2004, p. 302). Acrescenta ainda a autora: "[...] juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ser entendido como veículo de sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade" (BITTENCOURT, 2004, p. 302).

Uma das características do livro didático apresentadas por

Bittencourt é a de mercadoria que, embora sendo de extrema importância, é apenas mencionada pela autora que, neste trabalho, não se aprofunda sobre o tema:

Como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista (BITTENCOURT, 2004, p. 301).

Corroborando com Choppin (2004) e Bittencourt (2004), as autoras Miranda e Luca (2004) reafirmam a presença das múltiplas facetas do livro didático e sua complexidade como produto cultural, que envolvem a sua produção, comercialização e utilização:

Contrariamente à apreensão predominantemente no âmbito do senso comum, o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contem sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leituras diversas (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 124).

Neste sentido, podemos recorrer ao texto de Michel de Certeau sobre a leitura e a produção editorial como formas de apreensão das “práticas sociais” através do produto consumido, no caso o livro, principalmente em sua pretensão pedagógica. Para o autor, a ideia e a imagem do público consumidor:

[...] costuma estar implícita na pretensão dos ‘produtores’ de informar uma população, isto é, ‘dar forma’ às práticas sociais e levando a acreditar que seus próprios modelos culturais são necessários para o povo em vista de uma educação dos espíritos e de uma elevação dos corações [...] e o público é modelado pelos produtos que lhe são impostos (CERTEAU, 1999, p 260).

Sobre a questão da modelagem do público através da produção livresca, Certeau, reforça o conceito de uma ideologia de consumo receptáculo:

No decorrer de toda essa evolução, a idéia de uma produção da sociedade por um sistema 'escriturístico' não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se imprimir pelo texto e como o texto lhe é imposto (CERTEAU, 1999, p. 261).

Assim percebemos que o livro didático se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, elaboração, realização, circulação e consumo/uso. O acompanhamento de suas múltiplas vertentes de abordagem identifica diversas e distintas pesquisas históricas, impossíveis de reunir em um único conjunto. Mais recentemente, os livros didáticos têm sido objeto de diversas pesquisas, como afirma Circe Bittencourt :

O livro didático tem despertado interesse de muitos pesquisadores nas últimas décadas. Depois de ter sido desconsiderado por bibliógrafos, educadores e intelectuais de vários setores, entendido como produção menor enquanto produto cultural, o livro didático começou a ser analisado sob várias perspectivas, destacando-se os aspectos educativos e seu papel na configuração da escola contemporânea. O livro didático é um objeto cultural contraditório que gera intensas polêmicas e críticas de muitos setores, mas tem sido sempre considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização. O livro didático provoca debates no interior da escola, entre educadores, alunos e suas famílias, assim como em encontros acadêmicos, em artigos de jornais, envolvendo autores, editores, autoridades políticas, intelectuais de diversas procedências. As discussões em torno do livro estão vinculadas ainda à sua importância econômica para um vasto setor ligado à produção de livros e também ao papel do Estado como agente de controle e como consumidor dessa produção. No caso brasileiro, os investimentos realizados pelas políticas públicas nos últimos anos transformaram o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) no maior programa

de livro didático do mundo (BITTENCOURT, 2004b, p. 471).

Embora reconhecendo que uma revisão bibliográfica sobre o assunto seria de grande valor, esse não é o intuito deste texto. Trataremos aqui da relação entre texto e imagem, a iconografia, os ilustradores e o design do próprio livro, perpassando por alguns dos temas relacionados ao assunto.

Sobre a iconografia, é preciso refletir sobre qual é a sua posição em relação à construção dos livros, de como ela se vincula ao próprio design do livro em geral. De igual forma, é preciso analisar quem são os responsáveis pela seleção das imagens, quem as produz e qual a sua finalidade original. Foram realizadas especificamente para o livro que as reproduz? Em caso positivo, quem é e qual é o papel deste ilustrador/autor? Qual o papel de todas estas relações para o posicionamento do livro no mercado editorial?

Anterior à reflexão sobre as imagens impressas e seus autores, emerge a questão do papel da iconografia na construção e na formação do livro e seu poder mercadológico. A iconografia é importante atrativo aos olhos do consumidor, principalmente dos públicos infantil e juvenil. Em sala de aula, são recorrentes expressões como: “Oba, este tem bastante figura!” ou “Ahhhh! Tem pouca figura”. Uma criança, ao ser perguntada sobre qual livro ela quer ler ou levar de uma livraria, é sempre afirmativa: “Este! Por que é bem colorido e tem bastante figura!”.

Os dicionários definem a palavra iconografia como o “conjunto das ilustrações de uma obra impressa” e “arte de representar por meio da imagem”. Emanuel Araújo nos dá uma ótima, completa e, ao mesmo tempo, concisa definição:

O termo iconografia, definido em qualquer dicionário contemporâneo, entre outras acepções, como ‘documentação visual que constitui ou completa determinado texto’, provém do grego eikonographía, ‘imagem, desenho, descrição’, palavra formada através do substantivo eikón, eikónos, ‘imagem’, e do verbo graphō, ‘gravar, escrever, desenhar’, de onde

eikonographéō, 'representar, descrever' (ARAÚJO, 1986, p. 477).

Desde o século XX, no período entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930, o mercado editorial brasileiro vem demonstrando a sua preocupação com a modernização da produção gráfica e todo este processo trouxe “uma nova concepção do livro como objeto gráfico industrial” (CARDOSO, 2005, p. 176). A iconografia e as ilustrações constituíram-se em elementos fundamentais na conquista de um mercado incipiente. Os anos 1920 “foram um período de importantes mudanças na concepção e na confecção dos livros, estabelecendo as bases para o grande ‘surto editorial’ da década de 1930” (CARDOSO, 2005, p. 169).

Naquela mesma década surgem novas editoras e desponta um novo mercado: o do livro que, como mercadoria a ser comercializada, precisa ser rentável, o que exige grandes tiragens e forte poder de venda. Segundo Cardoso (2005, p. 169) “alguns editores passam a contemplar novas formas de explorá-lo, incluindo formatos mais baratos e atraentes”, pois o preço de um livro era bastante alto. “Pelos padrões de consumo da época, o preço médio de um livro da Leite Ribeiro (cerca de R\$500) regulava com o custo aproximado, no varejo, de quinze quilos de arroz ou de um engradado com 24 garrafas de cerveja” (CARDOSO, 2005, p. 172).

Na nova organização comercial do meio editorial, procurando alcançar e ampliar o mercado consumidor, os formatos são modificados: a encadernação brochura e o formato de livro popular (18,5 x 13 centímetros) ganham as prateleiras. Os novos formatos e as ilustrações, estas reforçadas pela entrada de renomados artistas, representam um novo recurso e um importante reforço mercadológico à indústria cultural do livro, não obstante a má qualidade material do produto.

A ilustração de capas, portanto, está inserida em um amplo esforço para tornar atraentes as novas edições mais baratas em brochuras. Distanciando-se do tradicional culto ao livro como objeto de luxo, bem encadernado, com bom papel e acabamento artesanal,

as edições populares das décadas de 1910 e 1920 empreendem uma nítida tentativa de compensar com um projeto gráfico vistoso a má qualidade de seus materiais e o seu péssimo acabamento (CARDOSO, 2005, p.177).

A inserção de imagens e ilustrações nos projetos gráficos deixa de ser, segundo Cardoso, um elemento meramente “decorativo”, transformando-se, sobretudo, em “um recurso poderoso de comunicação, visando a melhor comercialização do produto”. Afirmo o autor:

Quando se fala em projeto gráfico, entende-se não somente a aplicação aleatória de elementos artísticos como a ilustração, mas, sobretudo uma tentativa sistemática de diferenciar o livro como produto industrial, agregando-lhe um grau de programação visual capaz de enriquecê-lo como objeto de comunicação não verbal (CARDOSO, 2005, p.193).

Em todo o Ocidente, no século XX, a valorização do uso das imagens, a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas nas escolas, estimulou a impressão de representações iconográficas junto aos textos didáticos. Essas representações têm sido utilizadas como apoio visual e emprestam significados plurais a todo e qualquer tipo de texto.

As práticas de leituras de imagens impressas e sua popularização nos livros como recursos didáticos assumem, na escola, a partir do século XIX, formas que indicam leituras extensivas e intensivas do livro didático (CHARTIER, 1998, p. 15), permitindo que o aluno leia em seu ritmo pessoal e que possa repetir a leitura ou rever conceitos. As leituras iconográficas, na maioria das vezes, foram utilizadas como forma comprobatória, isto é, para reafirmar e reforçar o texto escrito, ou como forma de atrair o olhar do aluno.

No campo pedagógico, a interlocução entre texto e imagem data do século XVII e é exemplificada pelo livro da autoria de Comenius<sup>1</sup>, *Orbis Sensualis Pictus*. A primeira edição tcheca de 1658 e a inglesa de 1659 estão registradas como o primeiro livro didático do ocidente,

com função de letramento e alfabetização, embora as imagens surjam como mera ilustração, não se utilizando da relação de texto e imagem como suporte didático.

As imagens nos livros devem concretizar conceitos e noções abstratas e facilitar a memorização dos conteúdos. Esta memorização, facilitada pela imagem, justifica, também, a inclusão nos livros didáticos de cenas, quase sempre históricas, como prefaciou Lavisse (1887) em uma de suas obras:

As crianças têm necessidade de ver as cenas históricas para compreender a história. É por esta razão que os livros de história que vos apresento estão repletos de imagens. Desejamos forçar os alunos a fixarem as imagens. Sem diminuir o número de gravuras que existiam no texto, compusemos novas séries delas correspondendo a uma série para cada livro. Cada série é acompanhada de questões que os alunos responderão por escrito, após terem olhado o desenho e feito uma pequena reflexão sobre ele. É o que denominamos de revisão pelas imagens e acreditamos que este trabalho possa desenvolver a inteligência das crianças ao mesmo tempo em que sua memória (LAVISSE, 1887<sup>2</sup>, apud BITTENCOURT, 2001, p. 75).

Apesar de todas as mudanças de formas de abordagens históricas e educacionais que ocorreram nos livros didáticos, ao longo do século XX, as coleções de imagens iconográficas praticamente continuam as mesmas, provavelmente, no caso das cenas históricas, por ainda interligarmos o aprendizado à memória. Elias Thomé Saliba as define como:

[...] imagens canônicas, que nos são impostas coercitivamente, daí também serem chamadas imagens coercivas. [...] tais imagens constituem pontos de referencia inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. São imagens de tal forma incorporadas, em nosso imaginário coletivo, que as identificamos rapidamente. (SALIBA, 1995, p. 62).

Durante todo o século XX, as imagens iconográficas ganharam espaço nas publicações didáticas. A forma como elas passaram a aparecer nos livros pode ser comparada à exposição de mercadorias em um supermercado. As imagens, como as mercadorias, são colocadas todas num mesmo plano (BENJAMIN, 1989). Neste caso, elimina-se a noção de distância temporal que caracteriza a produção destas representações. Como em uma vitrine, as reproduções de pinturas são compostas regularmente, aparecendo em conjunto com os textos, na maioria das páginas dos livros. Esta característica editorial faz com que o leitor, ao manusear o livro, reconheça as iconografias rapidamente. Assim, elas perdem as especificidades do olhar sobre a imagem e a obra, e a ideia de imagem como representação.

Quando observamos os livros como produto material fabricado, as ilustrações, como já mencionado, além de se constituírem em um artifício pedagógico, estão relacionadas aos aspectos mercadológicos e técnicos. Se o livro é um produto industrial, voltamos à questão das inúmeras funções que estão inseridas em sua construção e que se refletirão em suas imagens. Assim, a observação das gravuras, vinhetas e legendas explicativas de um livro permite vislumbrar os limites eventualmente impostos ao autor do texto (BITTENCOURT, 2001, p. 75-77).

A análise dos livros, como documento, exige leitura atenta. É imprescindível uma observação acurada da articulação entre imagens e texto e a compreensão e entendimento do livro como um todo. Circe Bittencourt propõe algumas questões para a realização de uma análise adequada:

Como a ilustração está contida no livro didático? Possui legendas? Como está diagramada na página? Qual a relação entre o texto e a ilustração? Em seguida, torna-se importante referenciar o livro em seu contexto histórico: quem é o autor do livro? E o editor? As ilustrações foram selecionadas pelo autor ou pelo editor? Quando foi publicado? [...] e daí as leituras externas ao livro, especialmente se recorre a livros antigos, condição ideal quando se quer fazer comparações (BITTENCOURT, 2001, p. 88).

Nas obras em que se percebe o uso meramente ilustrativo das imagens, sem relação ou vínculo apropriado com o conteúdo escrito, refletem-se as limitações do autor do texto, principalmente quando, nos livros didáticos, ele não é também o iconógrafo ou ilustrador.

No sentido grego, assim pelo menos desde o século IV a.C., o iconógrafo (eikonographos) era o próprio retratista ou pintor de 'imagens', o que correspondia ao que hoje chamamos de ilustrador, i.e., o profissional que examina atentamente o original e o traduz, em passagens significativas, através de imagens. Na atualidade, porém, entende-se que o ilustrador faz, executa, as imagens para o livro, enquanto o iconógrafo estuda e seleciona as ilustrações adequadas ao livro, provinda das mais diversas fontes, e.g., pintura, escultura, glíptica, cartografia, gravura, fotografia (ARAÚJO, 1986, p. 477).

Como definir a autoria do objeto-livro como um todo a ser estudado quando, em sua maioria, sob o enfoque da conexão entre texto e imagem, esta autoria não provem do mesmo autor. Segundo Martha Woodmansee (1994, p. 34), "no uso contemporâneo, um 'autor' é o único indivíduo responsável – e, portanto o único merecedor de crédito – pela produção de um trabalho único, original"<sup>3</sup>. Para o teórico João Adolfo Hansen (1992), a noção de autor está vinculada à individualidade e à ação criadora, autêntica e própria de uma identidade. Salvo algumas exceções, como no caso de José Wasth Rodrigues que escreve e ilustra seu livro *Tropas Paulistas de Outrora*, são raríssimos os casos em que o autor é também o ilustrador de sua própria obra. Mesmo nesta condição, não se pode esquecer de outros agentes, como o editor, por exemplo, que atuam na produção, elaboração e comercialização de um livro (CHOPPIN, 2004, p.553-554).

Atribuindo-se ao livro didático o caráter de objeto e sujeito histórico, que deve ser entendido e compreendido como um todo nas relações que apresenta entre texto e imagem e se são tantos os sujeitos inseridos em sua composição e produção – o escritor, o ilustrador, o

editor – pergunta-se: afinal quem é o autor?

Há nos trabalhos intervenções não imaginadas – como a formatação, a diagramação, a seleção de imagens, textos e legendas – que podem modificar substancialmente as concepções iniciais. Assim, como vincular seu nome à autoria de um produto – textos e imagens – que pode estar distantes de seu real escopo e utilizado apenas para fins de comercialização e aceitação pelo público leitor e consumidor de determinado livro?

Roger Chartier, citando preocupações de Petrarca, escreve sobre o impulso e, até mesmo, a necessidade dos autores, desde o século XVI, controlarem o modo de publicação e de circulação de seus textos, desde a escolha do papel ao formato final:

Para impedir a corrupção introduzida em suas obras pela radical divisão do trabalho entre o autor e o copista – a ponto, diz ele, ‘de não conseguir mais reconhecer os textos que ele mesmo compôs’ –, Petrarca propõe outra fórmula, capaz de assegurar o firme domínio do autor sobre a produção e a transmissão de seu texto. Produto de uma escritura autógrafa (e não copiado por um escriba) destinado à circulação limitada, subtraído às reproduções errôneas dos copistas profissionais, o ‘livro do autor’ deve manifestar, sem que elas sejam traídas ou deterioradas, as intenções que presidiram a composição da obra (CHARTIER, 1999, p. 55).

O livro didático, através de todas as funções a ele atribuídas (CHOPPIN, 2004; BITTENCOURT, 2004), está carregado de representações sociais que, segundo Roger Chartier:

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

Deste modo, independentemente da questão relacionada à definição de sua autoria, não se pode conceber o livro didático como

um simples objeto e documento histórico, mas se deve concebê-lo, também, “como um produto fabricado, comercializado, distribuído ou, ainda, como um utensílio concebido em função de certos usos, consumido – e avaliado – em um determinado contexto” (CHOPPIN, 2004, p. 554), sem neutralidade diante das representações sociais apresentadas em sua própria materialidade, nos seus usos e nas práticas de leituras plurais que o caracterizam como tal.

## Notas

\* Este artigo foi, originalmente, por mim apresentado nas comunicações e discussões do GT - Materiais didáticos e Ensino de História, no dia 18/04/2011, na UFSC, em Florianópolis, SC, no IX ENPEH – Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História.

\* Historiadora e professora do curso de História da UFT – Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, na área de Ensino de História e Estágio Supervisionado. Doutoranda em Educação, na linha de pesquisa História da Educação e Historiografia – Faculdade de Educação – FE/USP sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Schapochnik. juferraro@uft.edu.br

<sup>1</sup> Nome latinizado de Jan Amos Komenský.

<sup>2</sup> LAVISSE, Ernest. *Historie de France: cours élémentaire*. Paris: A. Colin, 1887.

<sup>3</sup> Uso do texto traduzido pelo Prof. Dr. Nelson Schapochnik (FE/USP).

## Referências

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro didático: princípios da técnica de editoração**. Rio de Janeiro, Brasília: INL, 1986.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia. **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BITTENCOURT, Circe. Em foco: história, produção e memória do livro didático. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 2004b, v. 30, n. 3. pp. 471-473.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993 Tese (doutorado em História

Social) - São Paulo, FFLCH/USP, 1993.

BITTENCOURT, Circe. **O saber Histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARDOSO, Rafael. O Início do Desing de Livros no Brasil. In: \_\_\_\_\_ . **O design brasileiro, antes do design** Aspectos da história gráfica, 1870-1960. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Petrópolis: Editora, 1999.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de Leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.( Col. Memória e sociedade).

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1999.

CHOPIN, Alain. Pasado y presente de los manuals escolares. Traduzido por Miriam Soto Lucas. In Errio, Julio Ruiz (Ed.). **La cultura escolar de Europa.Tendências** históricas emergentes. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva: 2000.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: **Educação e Pesquisa**. [online]. São Paulo, 2004, v. 30, n. 3, pp. 549-566.

HANSEN, José Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual didático. In: **Em aberto**. Brasília, DF, v. 00, n. 69, 1996. pp. 40-49.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro de História

hoje: um panorama a partir do PNLD. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n 48, 2004, pp. 123- 144.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem?** Professores versus livro didático. Campinas: Papyrus, 1988.

MOLLIER, Jean-Yves. O manual escolar e a biblioteca do povo. In: **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMENY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. Campinas: Ed. Unicamp, 1984.

RODRIGUES, José Wash. **Tropas Paulistas de Outrora**. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

SALIBA, Elias Thomé. As imagens Canônicas e o Ensino de História. In: **Revista Brasileira de História**: v. 15, n 29, 1995.

SCHUBRING, Gert. **Análise histórica do livro didático de matemática**: notas de aula. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Marcos Antonio da (Org.). **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Anpuh; São Paulo: Editora Marco Zero, 1984.

WOODMANSEE, Martha. Genius and the Copyright. In: **The author, art and the market**. Rereading the history of aesthetics. New York: Columbia University Press, 1994.

## **Abstract**

This work intends to promote a reflection about the publication, production and commercialization of textbooks, leaving from a concept used by Roger Chartier about social and cultural representations. So, leaving from the relations established between image and text inside didactic books, think it as historical object that maintains a set of practices and speeches that form experiences. Thus, we propose an analysis of the relations that exist among textual genders, images and editorial/authorial forms, to a reflection about the role of textbooks as historical sources that reveal parts of the process of socialization, of acculturation and of catechesis of certain historical and cultural circumstances.

**Keywords:** Textbook. Image. Text and Authorship.